



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681201 - MG (2021/0225268-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ROMARIO FERNANDES DE FREITAS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ROMARIO FERNANDES DE FREITAS - MG192583  
BRAULIO DA SILVA FERNANDES - MG193055  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : GUSTAVO DA SILVA RIBEIRO MAGALHAES (PRESO)  
**CORRÉU** : WEVERTON RIBEIRO MARCIANO  
**CORRÉU** : ANDERSON MARQUES MACHUCO  
**CORRÉU** : BRUNO AMORIM FELIPE  
**CORRÉU** : CUSTODIO FERREIRA NETO  
**CORRÉU** : DAVID DOS SANTOS PERON  
**CORRÉU** : PAULO HENRIQUE MENDES DE JESUS  
**CORRÉU** : BEATRIZ BATISTA COELHO  
**CORRÉU** : MAICON DAVID INOCENCIO DE LANA  
**CORRÉU** : ANDERSON MEDEIROS BATISTA ROCHA  
**CORRÉU** : MATHEUS BONIFACIO GRAVINA  
**CORRÉU** : ROMARIO DOS SANTOS PINTO  
**CORRÉU** : LEONARDO DA SILVA RIBEIRO MAGALHAES  
**CORRÉU** : MARCELO GRAVINA CARVALHO  
**CORRÉU** : DAYANNA MOREIRA  
**CORRÉU** : ANILZO FERREIRA LOPES  
**CORRÉU** : PETERSON SILVA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : UGLEIDSON WILLIAN INOCENCIO DE LANA  
**CORRÉU** : TIAGO CUNHA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUSTAVO DA SILVA RIBEIRO MAGALHÃES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.064236-9/000).

O paciente "foi preso em 17 de junho de 2020 pela prática em tese dos delitos de associação e tráfico de drogas e corrupção de menores *ad instar* dos artigo 2º caput§2º e §4º inciso I da Lei 12.850/13 artigo 33 c/c artigo 40 inciso VI da Lei 11.434/06 e artigo 244-B do ECA" (fl. 28).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo, porquanto preso há mais de um ano sem audiência prevista.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para relaxamento da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna a liminar, em plantão, em princípio, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ademais, a complexidade e pluralidade de réus são circunstâncias idôneas para afastar desídia ou mora estatal injustificáveis, o que rechaça, em tese, a alegação de demora suscitada no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente